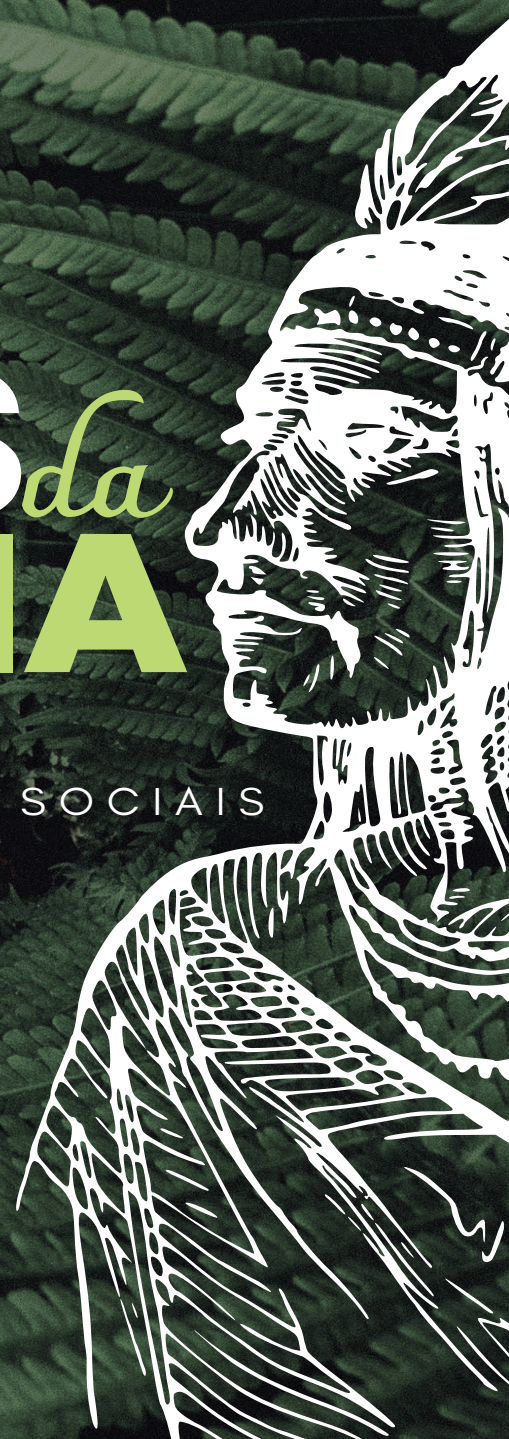


REVISTA

SABERES *da* AMAZÔNIA

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS



VOL. 6 | N. 12

JANEIRO - DEZEMBRO 2023 | ISSN: 2448-0576

POR UMA PSICOLOGIA DO BEM VIVER: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PSICOLÓGICA QUE NECESSITAMOS PARA A AMAZÔNIA

FOR A PSYCHOLOGY OF GOOD LIVING: REFLECTIONS ON THE PSYCHOLOGICAL PRACTICE WE NEED FOR THE AMAZON

Daylan Denes¹

Leandro Aparecido Fonseca Missiato²

Fabio Rodrigues Carvalho³

Iago Brilhante Souza⁴

Resumo: Os modos de produção, consumo e ocupação dos espaços que se tradicionalizaram com a colonização brasileira exacerbam uma cultura destrutiva da vida que coloca em risco todos os ecossistemas do planeta. Neste cenário de desastres coletivos surge a necessidade de práticas psicológicas sensíveis às questões ecológicas e humanitárias de nosso tempo. Este ensaio busca refletir acerca da necessidade da elaboração de uma outra prática em Psicologia, uma que se integre efetivamente ao contexto da Amazônia brasileira. Partimos do pressuposto de que a Psicologia, por muito tempo, negligenciou na sua produção de saber e prática, um olhar dinâmico para realidade em que os indivíduos estão inseridos. De modo indireto, e por vezes diretamente, essa Psicologia de ordem colonial corroborou para o fortalecimento dos valores burgueses, inclinando-se a ocultar os determinantes socioambientais na produção da subjetividade concreta dos brasileiros e brasileiras. Para a superação dessa perspectiva colonial da Psicologia, propomos uma Psicologia do Bem Viver, ou seja, a formação de uma ciência e profissão feita no comprometimento profundo da relação humano-natureza, da valoração dos saberes tradicionais e das relações humanas na Amazônia que escapem à lógica capitalista. A Psicologia do Bem Viver é um giro de perspectiva, que deve se materializar na cotidianidade, tendo a diversidade da comunidade amazônica como perspectiva central.

Palavras-chave: Psicologia. Prática psicológica. Bem-viver. Amazônia.

Abstract:

1 Mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Unifacimed (2021)

2 Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2017). Graduated in Psychology by the Faculty of Biomedical Sciences of Cacoal (2012).

3 Mestrando em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Bolsista de pós-graduação - CAPES. Graduated in Psychology by the CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIMED (2021). Graduated in Philosophy by the CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO (2022).

4 Graduated in Psychology by the CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIMED (2021). Pós Graduando em Residência Multiprofissional em Saúde no Programa de Atenção Básica e Saúde da Família pelo Programa de Pós-Graduação COREMU (2022 - Atual).

The modes of production, consumption and occupation of spaces that became traditional with Brazilian colonization exacerbate a destructive culture of life that puts all ecosystems on the planet at risk. In this scenario of collective disasters, the need arises for psychological practices sensitive to the ecological and humanitarian issues of our time. This essay seeks to reflect on the need to develop another practice in Psychology, one that is effectively integrated into the context of the Brazilian Amazon. We start from the assumption that Psychology, for a long time, neglected in its production of knowledge and practice, a dynamic look at the reality in which individuals are inserted. Indirectly, and sometimes directly, this psychology of a colonial order contributed to the strengthening of bourgeois values, tending to hide the socio-environmental determinants in the production of the concrete subjectivity of Brazilian men and women. To overcome this colonial perspective of Psychology, we propose a Psychology of *Bem-Viver*, that is, the formation of a science and profession based on the deep commitment of the human-nature relationship, the valuation of traditional knowledge and human relations in the Amazon that escape the capitalist logic. The Psychology of Bem-Viver is a shift in perspective, which must materialize in everyday life, with the diversity of the Amazonian community as a central perspective.

Keywords: Psychology. Psychological practice. Bem-Viver. Amazon.

INTRODUÇÃO

A história da América Latina é feita de violências e devastações desde que os colonizadores europeus chegaram e cravaram seus dentes na carne americana⁵. O tempo e a crueldade colonizadora fizeram destes territórios, arenas de constantes explorações, cuja ordem gravitacional foi a divisão internacional do trabalho e a consequente produção e concentração de capital⁶. Para tanto, o que se chama de América Latina diz respeito à globalização de imagens de um lugar homogeneizado na pobreza e fixado na ideia nortecêntrica de uma legítima e eterna serviçal do capital externo⁷. A formação desse quadro de expropriações e violências é o que garante o desenvolvimento de relações truculentas que grande parte da coletividade nacional e internacional possuem com a Amazônia.

A Amazônia, talvez seja hoje o lugar de melhor visibilidade da brutalidade colonial, pois nela imperam os velhos protocolos de apropriação e devastação da vida: territórios indígenas são permanentemente ameaçados, invadidos e

5 GALEANO, Eduardo, *As veias abertas da América Latina*, [s.l.]: L&PM Editores, 2010.

6 QUIJANO, Anibal, A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117–142, 2005.

7 MIGNOLO, Walter D, *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. _ . El desprendimiento: prolegómenos a uma gramática de La descolonialidad, GROSFOGUEL, R.; CAIRO, H. *Descolonizar La modernidad, descolonizar Europa—um diálogo Europa-América Latina*. Madrid: IEPALA, 2010.

explorados⁸, além disso, extermínio de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e ambientalistas⁹; degradação dos recursos naturais por meio da mineração, desmatamento e queimadas¹⁰; manutenção dos latifúndios e assassinatos crescentes de camponeses¹¹. Esses são reflexos de um passado reticente que nunca nos abandona e se prolonga no tempo como uma realidade fria enraizada no espírito colonial, imperialista e burguês que nos possui. Um passado em que estamos tão profundamente mergulhados a ponto de ser o nosso recorrente presente.

Em Rondônia, porta da Amazônia brasileira, a situação não é menos crítica. O estado ocupa a quarta posição entre os que mais desmataram em 2021¹², os conflitos agrários crescem em razão da visceral desigualdade na distribuição da terra¹³ e o Estado encampa ações de desmonte das políticas ambientais, avalizando a depredação dos recursos naturais e coletivos¹⁴. O cenário atual do estado de Rondônia mostra de modo inequívoco a eficácia das políticas econômicas centradas na desigualdade de distribuição de renda, direitos, justiça e cuidado. Políticas que agilizam o encontro limítrofe entre a vida e o extermínio coletivo, fazendo avançar o declínio de nossa existência. A constatação dessa realidade, por certo, não resolve os complexos problemas estruturais em que nos encontramos soterrados, tão pouco reivindica esperança utópica, longe disso, conclama a um pacto coletivo pela defesa da vida (de todas elas) e pelo cuidado da terra, pois o que se vive é uma crise emergencial que ultrapassa a possibilidade de múltiplas alternativas na fronteira do horizonte, ou mudamos radicalmente, coletivamente e, rápido, ou teremos, em pouco tempo, uma terra arrasada como destino irretornável.

Diante dessa realidade, a Psicologia na Amazônia é efetivada em espaços singulares e contraditórios, que evocam constantemente a relação/conflito humano-

8 SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo, Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira, **Serviço social & sociedade**, p. 480–500, 2018.

9 ACAYABA, CÍNTIA; ARCOVERDE, LEO, Taxa de assassinatos de indígenas aumenta 21,6% em dez anos enquanto de homicídios em geral cai, diz Atlas da Violência. **G1**, São Paulo, 2021.

10 DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Antonia; PEREIRA FILHO, Jorge, **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento; grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento**, [s.l.]: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

11 DOLCE, JULIA, Conflitos no campo: 77% dos assassinatos em 2021 foram na Amazônia Legal, **INFOAMAZONIA**, 2021.

12 IMAZON, Desmatamento acumulado até setembro passa de 9 mil km² em 2022, 2022.

13 SILVA, Ricardo Gilson da Costa; DANDOLINI, Gustavo, Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia, **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 461–479, 2018.

14 MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca *et al*, A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente, **Margens: Revista Interdisciplinar do PPGCITI**, 2021.

natureza. Compreender esses espaços em sua historicidade e dinâmica é uma necessidade urgente para uma Psicologia que ainda carrega consigo, os diversos processos coloniais em sua produção de saber e prática. Neste ensaio, nosso objetivo é trazer reflexões sobre o lugar da Psicologia nesse contexto de grandes disputas em torno de um futuro possível para todos. A ideia norteadora é discutir, a partir do lócus amazônico, com foco especial no estado de Rondônia, a Psicologia que temos, e a Psicologia que necessitamos para a Amazônia, tendo como base outras perspectivas territorizadas, e que assimilem em sua estrutura os saberes dos povos tradicionais amazônicos. Por isso, apontamos como um horizonte prático necessário uma Psicologia do Bem Viver.

1. COLONIZAÇÃO NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO E RONDÔNIA

Muitos colonos que se estabeleceram na Amazônia e hoje possuem grande parcelas de terras, orgulham-se em dizer que ao chegar na região “não tinha nada” e hoje possuem pastos e gados a perder de vista¹⁵. É histórica essa ideia de que a floresta amazônica era um grande caos, terrível e de difícil habitação, um verdadeiro mar de nada, vazio absoluto. A noção subjacente dessa ideia revela a dificuldade que os colonizadores da Amazônia sempre tiveram em compreender o território da floresta a partir da sua particularidade. Os que chegaram trouxeram consigo os valores coloniais de uma vida distante ao que é a Amazônia, não a reconheceram em sua diversidade, beleza e fragilidade porque o que viam estava deformado pelas ideias de beleza e desenvolvimento que já haviam aplicado no Sul. A Mata Atlântica já havia tombado na maior parte da costa brasileira, os prados e os pampas já eram ocupados com grandes monoculturas e pela agropecuária, a devastação dos biomas estava a pleno vapor naquelas regiões, o projeto predatório capitalista estava muito bem sedimentado no imaginário social dos colonizadores do país.

De tal modo, a Amazônia em sua produção geopolítica, é perpassada por projetos pensados fora de seu território. Sua colonização foi efetuada através de uma intensa exploração natural, que invisibilizou de forma sistemática as demandas da maioria das populações tradicionais locais frente a esses processos

15 SALLES, João Moreira, **Arrabalde: em busca da Amazônia**, São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2022.

colonizadores¹⁶. Neste aspecto, pensar em colonização amazônica é levar em conta seus ciclos e fases de exploração e ocupação territorial em sua dinâmica própria que reproduziam o ideário da Amazônia como espaço a se dominar e explorar o seu “potencial” produtivo.

Através de uma breve sistematização histórica, pode-se apontar que o início da exploração e da colonização da Amazônia se deu entre os séculos XVII e XVIII, através do avanço português na região. De início a região abasteceu o mercado europeu com especiarias e óleos de origem animal, no chamado ciclo das drogas do sertão. Logo em seguida ocorreria um breve ciclo do Cacau nativo, que decairia e seria substituído pelo ciclo da borracha na segunda metade do Século XIX, que perdurou até início do século XX, em seu ápice a Amazônia seria a grande produtora de borracha no mundo. Todavia, mais uma vez esse ciclo decaiu, e a região perdeu sua importância econômica¹⁷. Vale destacar que as migrações, nesse período da borracha, se deram principalmente de nordestinos, que através das promessas de uma vida melhor, adentraram em diversos espaços do território amazônico¹⁸. Todavia, foi no período da Ditadura Civil-Militar, na década de 1970, que se voltaram definitivamente os olhos para a região, dando início ao ciclo de exploração em grande escala.

Por conseguinte, a partir do Golpe Civil-Militar, como proposta de modelo de desenvolvimento para o Brasil e, em especial para a Amazônia, surgiram políticas que resultaram em uma maior concentração da riqueza e a expansão da zona de fronteira agrícola para diversas regiões amazônicas¹⁹. Nesse cenário, como argumentam Michelotti e Malheiro²⁰, os governos militares, através de uma lógica produtivista, efetivaram planos de integração, ocupação e desenvolvimento do território amazônico; a chamada “Operação Amazônica”, articulou-se através de diversas leis, decretos, isenções fiscais, além de imensas obras de infraestrutura, dinamizando a expansão de fronteira sob tutela do Estado.

16 DE SALES BELO, Patrícia; ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós, Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas, **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 265–277, 2009.

17 GOMES, Carlos Valério Aguiar, Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, p. 129–146, 2018.

18 PERES, João, **Corumbiara: caso enterrado**, [s.l.]: Elefante Editora, 2015.

19 NETO, Vitale Joanoni; NETO, Regina Beatriz Guimarães, Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85), **Anuario IEHS**, v. 34, n. 1, p. 99–122, 2019.

20 MICHELOTTI, Fernando; MALHEIRO, Bruno, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 641–680, 2020.

Desse modo, a política de intervenção do governo militar e as propostas de desenvolvimento econômico empresarial surgiram como legitimadores de qualquer ação expansionista adotada. Buscava-se uma solução para o problema social da terra, o problema da desigualdade social no país seria a má distribuição geográfica da população, e não a alta concentração fundiária por uma oligarquia agrária. Na solução encontrada, portanto, o Estado promoveria o deslocamento de vários grupos de pessoas de áreas com maior concentração populacional e com um índice de conflito agrário elevado, como no Nordeste e áreas do Centro-Sul do Brasil, para as chamadas regiões “vazias” da Amazônia²¹.

A leitura da Amazônia como frente pioneira orientou políticas de conversão de áreas naturais em regiões de modernização agrícola e agrária, incentivando a colonização de diversas áreas em Rondônia, Pará e Mato Grosso nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Entretanto, com essa expansão cresciam os conflitos agrários e étnico-culturais, atingindo grupos já estabelecidos ou em estabelecimento na região como os camponeses, ribeirinhos, indígenas, seringueiros, quilombolas, entre outros²². A má organização do processo de colonização da Amazônia imposto no período militar potencializou os conflitos por território, engendrando uma lógica de alta concentração fundiária, desmatamento, expulsão ou extermínio de populações tradicionais locais (principalmente povos indígenas), além de efetivar uma sangrenta dinâmica de disputa por terras, fruto direto de uma política não preocupada com uma efetiva reforma agrária, mas sim com a manutenção de uma estrutura agrária concentradora de terras nas mãos de uma minoritária elite rural.

Seguindo essa dinâmica, o estado de Rondônia tem protagonizado em sua história uma colonização de exploração, bem similar a outras regiões da Amazônia. A imigração por causa da borracha e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré no início do século XX, já demonstravam o lugar que esta região ocuparia como provedora de recursos naturais. Mas foi no auge dos governos militares que o estado expandiu sua massa populacional, com promessas de fácil acesso à terra, e a melhoria da qualidade de vida²³.

21 NETO; NETO, Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85).

22 SILVA; DANDOLINI, Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia.

23 DA SILVA, Maria Aparecida; BURGEILE, Odete, A POLÍTICA DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E EM RONDÔNIA E AS DIVERSAS FORMAS DE SE PENSAR ESTA REGIÃO SOB OS VIÉS POLÍTICO E ECONÔMICO, *Revista Labirinto (UNIR)*, v. 21, p. 383–399, 2014.

Dessa forma, a partir de 1970, estabeleceram-se os grandes fluxos de ocupação no estado de Rondônia com a implantação de Projetos Dirigidos de Colonização, dentre eles, destacam-se os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR)²⁴. Estes projetos, aliados a uma vasta propaganda do governo que colocavam Rondônia como uma nova frente pioneira, esses projetos foram fundamentais para a migração de um enorme contingente de pessoas advindas principalmente das regiões nordeste e centro-sul do país²⁵.

Todavia, como argumenta Peres²⁶ esse tipo de colonização trouxe uma grande problemática de difícil solução regional. Eram mais pessoas e famílias chegando ao estado do que poderiam ser assentadas, além disso, a morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o assentamento dessas famílias se mostrou outro importante agravante para o florescimento de diversos conflitos agrários na região. A saída encontrada por muitos colonos foi a ocupação de forma ilegal de diversas áreas espalhadas pelo estado.

Para Souza²⁷, estava ocorrendo uma modalidade de reforma agrária espontânea promovida pelos camponeses que chegavam no espaço rondoniense. O estado se viu obrigado a tentar regularizar a situação fundiária, tendo como objetivo evitar os conflitos com o latifúndio e a grande empresa agropecuária que já se consolidava na região, ocupando uma grande porcentagem de terra. Apenas medidas focadas nos projetos de assentamento não foram suficientes para eliminar os conflitos agrários e a luta pela terra, que se tornou cada vez mais organizada politicamente a partir da década de 1980.

Nesse contexto de intenso conflito e violência, o processo colonial em Rondônia tem um resultado trágico; o Massacre de Corumbiara, ocorrido em 09 de agosto de 1995. Liderados por ex-membros do MST, centenas de famílias ocuparam a antiga fazenda Santa Elina, na região de Corumbiara. Após um cerco policial que durou dias, na madrugada do dia 09 de agosto, policiais e jagunços adentraram ao acampamento, como consequência, ocorreu um intenso confronto que deixou um saldo de onze mortos, incluindo a “pequena Vanessa”, uma criança

24 SOUZA, Murilo, **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

25 PERES, **Corumbiara: caso enterrado**. Elefante Editora, 2015.

26 PERES, **Corumbiara: caso enterrado**. Elefante Editora, 2015.

27 SOUZA, **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**.

de seis anos de idade, além de dois policiais²⁸. De acordo com Mesquita²⁹, ainda houveram várias denúncias de tortura, desaparecimentos, ocultação de corpos, investigações enviesadas e um julgamento parcial dos envolvidos a favor do latifúndio, entretanto, nada foi comprovado oficialmente.

Além dos diversos conflitos por terra, envolvendo populações camponesas no estado, destacamos ainda os conflitos derivados de invasão à terra indígenas, motivados, em grande parte, pela pressão do agronegócio em suas cercanias e a mineração em territórios protegidos. Exemplo disso foi a invasão na Reserva Roosevelt, território do povo Cinta Larga, ocorrida em 2004, em que garimpeiros de todo o país ocuparam a reserva e provocaram uma verdadeira tragédia ambiental e cultural³⁰. O fato sobressalente a todo esse panorama é que, embora as estatísticas locais demonstrem com certa nitidez o número de mortos decorrente dos embates agrários, da derrubada da floresta, da mineração e invasão aos territórios dos povos originários, os prejuízos são bem maiores que os visíveis decorrentes dos conflitos diretos.

Muitas são as vidas perdidas pelas múltiplas violências praticadas contra a vida da floresta; há o perecimento do maior patrimônio em biodiversidade do planeta, o epistemicídio dos saberes tradicionais, o adoecimento das populações locais em decorrência da contaminação das águas, pescado e do ar, o avanço da violência, pobreza e das desigualdades sociais, as variações climáticas cada vez mais graves em decorrência da destruição do bioma amazônico, enfim, pode-se, sem nenhum tipo de reticência, afirmar que as destruições que estão incurso em Rondônia e na Amazônia, abrem feridas em toda a humanidade global, o que faz de seus problemas uma demanda planetária. É nesse contexto repleto de contradições e embates que a Psicologia tenta inserir-se, refletindo em sua teoria e prática o olhar colonial que oculta o diverso em sua potencialidade e forma de existir.

2. A PSICOLOGIA QUE TEMOS E O CONTEXTO AMAZÔNIA-RONDÔNIA.

28 NOBREGA, Juliana da Silva, A produção da vida como política no cotidiano: A união de terras, trabalho e panelas no Grupo Coletivo 14 de Agosto, em Rondônia, 2013.

29 MESQUITA, HELENA ANGÉLICA DE, **Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

30 SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; MOURA, Roseni Aparecida de; FERREIRA NETO, José Ambrósio, O conflito de representações inter-étnicas em torno da exploração de diamantes na Amazônia brasileira, **Ciência Rural**, v. 43, p. 1323–1329, 2013.

A Psicologia brasileira possui em seu arcabouço acadêmico uma série de críticas ao seu próprio desenvolvimento, desde as concepções hegemônicas de sujeito, comportamento e consciência, até os problemas da atuação do psicólogo focada em seu contexto clínico. O caráter tecnicista formal das grades curriculares dos cursos de formação em Psicologia, que muitas das vezes apenas reproduzem acriticamente teorias, métodos e instrumentos, demonstram o caráter hegemônico de uma dominação ideológica burguesa no processo formativo do Psicólogo brasileiro, organizando uma Psicologia que se afasta da realidade que estuda, através de seu próprio processo metodológico, tornando necessário discutir a forma como a Psicologia compreende suas construções teóricas, que constantemente ocultam ou ignoram desigualdades sociais e diferenças entre sujeitos, grupos, povos e afins³¹.

Diante disso, como argumenta Bock³², o ideal de progresso capitalista foi o motor para a implementação das primeiras áreas em Psicologia no Brasil, com ênfase nas áreas organizacional e escolar, de modo a servir como instrumento de categorização e disciplinarização de indivíduos. Essa Psicologia, reconhecida como profissão no país em 1962, surge nesse período como um instrumento de perpetuação desses processos coloniais de exclusão e apagamento de populações marginalizadas por um sistema industrial e empresarial predatório, em pleno desenvolvimento no país.

É evidente que essa Psicologia que se forma, enquanto ciência e profissão, não se constituiu através de um processo homogêneo, sua construção histórica também foi marcada por disputas, principalmente com a abertura democrática a partir de 1980. Todavia, destaca-se que a Psicologia através de sua atuação, ainda reproduz padrões hegemônicos de dominação, relacionados a sua prática e construção como ciência a nível nacional, o que se traduz na distância de seu olhar para com os diversos povos e comunidades exploradas no país.

Na região Norte, assim como em outras regiões do país, é comum um padrão de formação em Psicologia de predomínio clínico, também destacando-se a atuação na área organizacional e escolar. Esse processo de formação de base clínica-

31 BOCK, Ana, A Psicologia no Brasil, **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. Esp., p. 246–271, 2010; BOCK, Ana Mercês Bahia, Perspectivas para a formação em psicologia, **Psicologia Ensino & Formação**, v. 6, n. 2, p. 114–122, 2015.

32 BOCK, Ana Mercês Bahia, Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites, **Psicologia e o compromisso social**, v. 2, p. 15–28, 2003.

industrial-escolar evidencia uma Psicologia que se reproduz como ciência e profissão em consonância com as funções sociais reguladoras, adaptativas e ideológicas³³.

A própria Psicologia social, que deveria dar base para a construção de processos mais críticos da prática psicológica, é abordada de maneira generalista, descontextualizada, apagando dinâmicas teórico-práticas importantes relacionadas a Psicologia e o contexto amazônico³⁴. Nesse caso, perde-se o horizonte da diversidade regional, que apesar de não ser separado de um todo nacional, tem em seus povos e suas culturas, singularidades que não devem ser negadas por um saber psicológico deslegitimador e de caráter dependente.

Cabe destacar, que essa formação pouco crítica de profissionais em contexto amazônico, reproduz um despreparo em lidar com as realidades das populações regionais, como os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses. Essas realidades expressam principalmente conflitos por território, culturais e étnicos. Vale enfatizar ainda, que todos esses conflitos estão inseridos na dinâmica da região amazônica e na necessidade de sua preservação. O não reconhecimento dessas questões particulares e transversais da realidade amazônica, é fator fundamental para o desenvolvimento de práticas em Psicologia não integradas à realidade concreta desse lugar³⁵.

A partir disso, abordando em específico o estado de Rondônia, é perceptível o olhar desatento às demandas conjunturais da Amazônia por parte dos cursos de Psicologia. Denes et al³⁶ produzem análise crítica sobre essa realidade, demonstrando que as grades curriculares dos cursos de Psicologia no estado de Rondônia falham na tentativa de lidar com suas próprias demandas, organizando-se a partir das matrizes curriculares importadas de outras regiões. Com isso, o aluno de Psicologia se forma cego para a realidade que o cerca, exercendo, em sua

33 YAMAMOTO, Oswaldo Hajime, **A crise e as alternativas da psicologia**, [s.l.]: Edición, 1987.

34 CALEGARE, Marcelo Gustavo A; TAMBORIL, Maria Ivonete B, Formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira: retalhos da nossa história, **Textos e debates**, v. 1, n. 31, 2017.

35 CALEGARE, Marcelo Gustavo A; TAMBORIL, Maria Ivonete B, Formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira: retalhos da nossa história, **Textos e debates**, v. 1, n. 31, 2017

36 DENES, et al. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**, 1. ed. [s.l.]: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - EDUFRO, 2021.

atividade profissional, um fazer que não é capaz de identificar os problemas de sua região e intervir neles.

Em consonância com a análise de Lacerda Jr³⁷ sobre o desenvolvimento da Psicologia brasileira, a realidade do exercício da Psicologia em Rondônia expõe contradições desde a formação, organizando no estado, 12 instituições que oferecem formação em bacharelado de Psicologia, das quais 11 são instituições privadas e apenas uma é pública, sendo que o campus da última fica localizado na capital, Porto Velho. Isso, por questões estruturais expõe o caráter mercadológico da formação em Psicologia e a insuficiência do ensino público, que acaba distante do restante do estado, tornando-se inacessível para boa parte dos estudantes (DENES et al³⁸.

Na análise feita por Lacerda Jr³⁹ entende-se que a Psicologia brasileira se desenvolve apenas em relação ao desenvolvimento de outros países, tendo em vista que a situação de dependência e subdesenvolvimento do Brasil também organiza uma dependência ampliada, onde diversos construtos da realidade social se desenvolvem de forma dependente, desde as criações artísticas e culturais, os padrões educacionais, as práticas de saúde e as perspectivas sobre qualidade de vida baseadas em padrões de consumo. Essa dependência ampliada reflete nas produções acadêmicas, nas práticas profissionais e nas possibilidades de produção de conhecimento científico em diversas áreas, incluindo a Psicologia.

A forma como a região norte se organiza nesse processo nos remonta ao que parece um duplo problema, pois organiza a distância do contexto de desenvolvimento da Psicologia nos países europeus e da América do Norte, mas também organiza a distância desse desenvolvimento na sua dimensão regional dentro do Brasil. Levando em conta que o desenvolvimento da educação superior brasileira é bem expressivo no fim da década de 60, esse desenvolvimento e crescimento não é uniforme, com destaque para o fato de que, até 2010, quase 50%

37 LACERDA JR, Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, n. 3, p. 216-263, 2013

38 DENES, et al. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**, EDUFRO, 2021.

39 LACERDA JR, Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 2013.

das Instituições de Ensino Superior concentravam-se no sudeste, que em comparação à região Norte concentra pouco mais de 6%⁴⁰.

A parte disso, parece inocente pensar que o exercício da Psicologia seguiria uma mesma linha de desenvolvimento, superando as mesmas contradições e ampliando-se para o entendimento das diversas manifestações de subjetividade e saúde que permeiam o território brasileiro em suas distintas regiões. É de suma importância perceber que as formulações, políticas e produções científicas em Psicologia no Brasil organizaram sua atenção em contextos sociais muito distintos das realidades amazônicas.

Para Sousa e Gonçalves⁴¹, fenômenos como os de privatização da educação, remontam, mesmo que tenham tido seu início nas décadas de 1950/1960, às políticas neoliberais fortes da década de 1990, por conseguinte, este tipo de fenômeno não pode ser entendido como fenômeno secundário do desenvolvimento da ciência e cidadania do Brasil, tendo em vista que envolve diretamente a forma como o Estado se relaciona com a sociedade e quais objetivos direciona à formação de trabalhadores.

Diante das análises realizadas por Denes et al⁴² constatou-se que 07 das 12 grades curriculares dos cursos de Psicologia do estado de Rondônia sequer trazem menção às questões amazônicas, indígenas ou às realidades de campo, delineando a realidade tecnicista da formação em Psicologia. É evidente pelos dados demonstrados que existe um apagamento da identidade desse sujeito amazônico. O processo atual persiste em colocar em segundo plano as particularidades do existir na Amazônia, a favor de discussões generalistas, que pouco contextualizam a prática psicológica na diversidade de populações regionais.

A hipótese que aqui trabalhamos é de que a Psicologia tradicional em seu desenvolvimento na Amazônia segue reproduzindo em seu processo de formação e prática profissional, diversas formas de negligência e apagamento de populações, por ainda estar presa em uma veia mercadológica, que exclui um entendimento

40 YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; DA ROCHA FALCÃO, Jorge Tarcísio; DE SOUSA SEIXAS, Pablo. Quem é o estudante de psicologia do Brasil?. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, v. 10, n. 3, p. 209–232, 2011.

41 DE SOUSA, Kasandra Conceição Castro; DE CÁSSIA GONÇALVES, Rita, Empresariamento da educação superior no Brasil: democratização e desmonte da democracia social, *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 13, n. 1, p. 296–310, 2021.

42 DENES, et al. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), *Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia*, EDUFRO, 2021.

concreto da realidade, por muitas vezes nem ao menos chegar a essas realidades locais.

Nessa lógica, essa Psicologia que se forma no bojo colonial, a partir do desenvolvimento do capitalismo nacional, torna-se instrumento da classe dominante, reproduzindo lógicas excludentes e marginalizantes. Por sua relação direta com o capital, essa Psicologia tende a trabalhar nos limites de uma lógica capitalista, tudo que escapa a essa lógica tem sua existência negada⁴³. Nesse aspecto, quando falamos de apagamentos de populações e realidades na Amazônia, destacamos justamente essas formas de existir que escapam a uma lógica capitalista de existência no mundo, da qual o saber psicológico é refém.

3. A PSICOLOGIA QUE NECESSITAMOS: UMA PSICOLOGIA DO BEM VIVER

A Amazônia é muito maior que nossa capacidade atual de compreendê-la. Há muito mais diversidade em um metro quadrado da floresta do que em qualquer outro lugar do planeta⁴⁴. Sua pluralidade é monumental e não pode ser compreendida nos limites do pensamento produtivista e consumista que impera, qualquer tentativa neste sentido está fadada ao fracasso, um fracasso que nunca se limita às divisas do capital, mas aflige de modo dispare toda a humanidade. Tal fracasso já foi muito bem analisado e descrito por um conjunto substancial de estudos que evidenciam os impactos da destruição da Amazônia a toda forma de vida no mundo⁴⁵.

É um consenso já superado que o colapso amazônico implica em mudanças climáticas que colocariam a todos em risco. De tal modo que são maduras demais as reflexões sobre a importância da Amazônia para o Brasil e o mundo, todavia, o que impera no lado oposto desta irretorquível realidade é uma nação que ainda não compreendeu bem seu papel na história global e que ainda vive de costas para seu

43 DA COSTA, Pedro Henrique Antunes; MENDES, Kíssila Teixeira, A miséria da psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência, **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1–17, 2021.

44 GUSMÃO, LFP *et al*, Conhecendo a biodiversidade, **Organizadores Ariane Luna Peixoto, José Roberto Pujol Luz, Marcia Aparecida de Brito.**—Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, v. 191, 2016.

45 ACHARD, Frédéric *et al*, Determination of deforestation rates of the world's humid tropical forests, **Science**, v. 297, n. 5583, p. 999–1002, 2002; MARGULIS, SERGIO, **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**, Brasília: Banco Mundial, 2003; SANTOS, Thiago Oliveira, Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: um estudo de revisão, **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 11, n. 2, p. 157–181, 2017.

maior patrimônio verde. O fato que ainda nos espanta é que o Brasil ainda não aprendeu a amar a Amazônia e sua decadência afetiva é um grande impasse na implicação de cuidado que este território necessita⁴⁶.

Rondônia, como todo o restante do país, construiu suas cidades sem pertencer a floresta, fizeram dela uma adversária a ser superada. Há, sobre a floresta e seus habitantes naturais, uma visão monolítica derivada de um pacto de lealdade aos princípios coloniais que estabelecem as diferenças como inimigas nacionais. Não por outras razões que o governo predatório de Jair Bolsonaro anunciou uma guerra insana contra a Amazônia e em seu governo regulamentou as invasões às terras federais, consentiu a garimpagem em terras indígenas, fez vistas grossas à ampliação do desmatamento, assistiu placidamente indígenas morrerem de inanição, tudo em vista de “passar a boiada” do agronegócio, da mineração, e do desmatamento⁴⁷.

A Amazônia, como qualquer outro inimigo, é silenciada, vista de longe, tratada sem interesse por aqueles que não a desejam. Sua eliminação ocorre intermitentemente sem que se pese sobre a nação algum tipo de comoção, culpa ou responsabilidade, não a amamos, nosso desamor é ainda um apreço infame ao colonialismo que aqui nunca se extinguiu. Qualquer pessoa que cruzar o estado de Rondônia pelo seu eixo central, BR-364, herança dos governos militares, percorrerá centenas de quilômetros cercado de verdadeiro vazio florestal, numa paisagem composta de campos de pastos a perder-se de vista, com algum aglomerado de gado que salpica a imensidão de pastagens, onde em um ou outro momento surge uma castanheira solitária a afirmar o passado que tivemos. Enquanto isso, na entrada das cidades, por vezes verá monumentos como o encontrado na cidade de Ouro Preto do Oeste, uma imensa vaca sendo ordenhada. Essas imagens ilustram bem o paradoxo da região, às memórias que importam e as que devem ser esquecidas, os símbolos que o estado valoriza e aqueles que recusa, como se nada fossem.

As imagens do desamor pela Amazônia tal como ela é ilustra até mesmo o contraditório hino do estado de Rondônia. Chamado de “Céus de Rondônia”, o hino

46 KRENAK, Ailton, **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**, [s.l.]: Editora Companhia das letras, 2019.

47 MISSIATTO *et al*, A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. **Margens: Revista Interdisciplinar**, v. 15, n. 24, p. 85–102, 2021.

foi institucionalizado em 1981, ano da criação do estado e reflete a decrépita mentalidade colonizadora. Termos como “nós os bandeirantes de Rondônia”, “Como sentinelas avançadas, somos destemidos pioneiros”, “Desta fronteira de nossa pátria, Rondônia trabalha febrilmente”, sobressaem enquanto nenhuma menção é feita aos povos originários que, como bem o sabemos, foram perseguidos pelos bandeirantes. Esses símbolos, refletem o espaço que a floresta tem nas mentes, corações e sonhos da nação brasileira. A floresta é aquela que pouco importa, cuja morte silenciosa não choca, sendo para todos um território ermo a ser conquistado e ocupado, é preciso vencer a Amazônia⁴⁸.

A floresta não reverenciada, não incorporada tal como é, não passa, na ótica capitalista, de fonte de capital e aqueles que a habitam são tratados como subdesenvolvidos periféricos ao “desenvolvimento” nacional⁴⁹. Na mercantilização da vida não há espaço para a contemplação da Natureza, ela é a desconhecida incômoda com a qual se convive, a estranha com a qual convivemos, uma espécie de presença resoluta que nos desconforta. O fato é que não se pode amar o que não se conhece e nem proteger o que não é valioso, sem conhecermos a Amazônia em sua originalidade somos seduzidos a lançarmos sobre ela representações que nada dizem a seu respeito, mas que representam muito sobre nossos valores e incapacidade de cuidarmos da vida de modo cooperativo, justo e sustentável.

Nesse panorama subversivo à manutenção da vida no planeta, a riqueza socioambiental da Amazônia é drasticamente convertida em *commodities* e a responsabilidade que o país tem à frente do mundo para superação da grave crise econômica, social e ambiental que atravessamos é desperdiçada. Nos é certo que a vida do mundo depende de uma mudança radical no nosso modo de produção, consumo e relacionamento com a diversidade e, o Brasil é decisivo nesta tarefa, se bem assumi-la nos destacaremos à altura de nosso potencial e estaremos à frente de grandes lideranças mundiais, mas para isso é preciso uma mudança estrutural que nos exige compromisso com outros paradigmas enquanto nação.

Na tarefa de estabelecermos um novo e profundo modo de relacionamento humano com a vida no planeta a Psicologia é imprescindível, mas para tanto é preciso que a Psicologia também seja outra, uma não meramente mercantil, mas

48 SALLES, João Moreira. **Arrebalde**: em busca da Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

49 ACOSTA, Alberto, **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**, [s.l.]: Editora Elefante, 2016.

extraordinariamente comprometida com toda a forma de vida e de bem planetários, orgânicos e inorgânicos. Necessitamos de uma Psicologia do Bem Viver.

O conceito de Bem Viver é complexo e está entretecido na própria vida amazônica, estando presente em vários povos originários do continente latino-americano⁵⁰. Em sua concepção não há a tradicional dicotomia moderna na separação de pessoa e meio ambiente, longe disso, o que vigora é a compreensão que tudo é Natureza.

Em suma, o Bem Viver é:

[...] um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas. (p. 29)⁵¹

Para tanto, uma Psicologia do Bem Viver é uma Psicologia que compreende a relação não dualista entre humano-Natureza, tendo a Natureza como sujeito de direitos. A ação humana, é portanto, cooperativa e está inserida na pluralidade da Natureza. Esta Psicologia ocupa lugar junto aos excluídos e fora dos sistemas hegemônicos, porque não comunga com as matrizes coloniais de devastação da Natureza, pelo contrário, suas ações colidem duramente com a ótica mercadológica da vida.

Quando falamos de uma Psicologia do Bem Viver não estamos nos referindo a uma epistemologia ou técnicas específicas de atuação psicológica, mas de uma diversidade de Psicologias que tem como valor central a vida, principalmente dos mais vulneráveis. É, sobretudo, uma cosmovisão que está comprometida com os valores do Bem Viver que tem como princípios essenciais: a vida em primeiro plano e não o capital, a horizontalidade nas tomadas de decisões, a Natureza como bem universal e de responsabilidade de todos, o trabalho cooperativo e a justiça social como fundamento democrático⁵². Segundo Fernandes e Missiatto⁵³,

50 ACOSTA, Alberto, **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**, [s.l.]: Editora Elefante, 2016.

51 ACOSTA, Alberto, **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**, [s.l.]: Editora Elefante, 2016.

52 ACOSTA, Alberto, **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**, [s.l.]: Editora Elefante, 2016.

53 FERNANDES, Eliane Gamas; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca, Por uma clínica psicológica descolonizada e descolonizante: relações raciais, de gênero e o Bem Viver como horizonte ético-político, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**, 1. ed. [s.l.]: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE

A Psicologia do Bem Viver é, desse modo, uma Psicologia que se coloca à serviço da vida, que luta contra as desigualdades, e que não é hegemônica porque emerge da pluralidade sendo, ela mesma, plural. Tal Psicologia está encarnada na realidade do povo e seus saberes vertem daqueles que possuem os conhecimentos ancestrais de convivência harmônica com a Natureza. (p. 132).

Quando se assume a proposição de uma Psicologia do Bem Viver, certamente o faz pela convicção de que os modos sociais de produção, consumo e relacionamento que vigoram como padrões hegemônicos não são capazes de garantir a sobrevivência de valores socioambientais indispensáveis para a manutenção da Terra como a conhecemos. Nas especulações em tais considerações, o olhar sensível para os micro e macro ambientes dos quais fazemos parte revelam sem nenhum tipo de mistério que nos encontramos no limiar da capacidade do planeta em tolerar nosso modo social de produção e consumo.

Se quisermos reverter o quadro dramático em que nos encontramos necessitamos de ações conjuntas emergenciais e rápidas o suficiente para que ainda possamos restaurar o equilíbrio e curar a terra machucada que hoje possuímos. A Psicologia, no atual momento em que nos encontramos, não pode ser feita longe da vida do povo oprimido, dos guardiões das florestas e rios, das comunidades tradicionais, daqueles e daquelas que possuem conhecimento secular sobre o delicado e sofisticado sistema de biodiversidade que conecta todas as vidas da Amazônia e do mundo.

Se durante muito tempo, enquanto ciência, nos ocupamos em ensinar os tradicionais pensadores e pensadoras da Psicologia, com apego excessivo às epistemologias do Norte, hoje, mais do que nunca, impera a necessidade de aprendermos com os saberes imemoriais que transitaram nas periferias da matriz colonial de saber⁵⁴. A Psicologia possui muito a aprender com os povos que ocupam a terra e possuem com ela uma relação íntima de afeto e respeito, que retiram da Natureza o necessário sem produzir desequilíbrios que ameacem à coletividade, que atuam cooperativamente sem segmentarismos organizados por vieses de poder.

RONDÔNIA - EDUFRO, 2021, p. 120–136.

54 DE SOUSA SANTOS, Boaventura, **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**, [s.l.]: Autêntica, 2019; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; MISSIATTO, Heverton Magno. A colonialidade do saber em pós-graduações stricto sensu: a emergência da decolonização das epistemologias do conhecimento. **REALIS, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Poscoloniais**, v. 12, p. 95-115, 2022.

Certamente há um deslocamento imprescindível neste processo, uma guinada não apenas epistemológica, mas também estrutural no modo de se fazer Psicologia. Não que a Psicologia que temos não seja em si valiosa e não esteja, nem que minimamente, comprometida com o paradigma da sustentabilidade. É verdade que os muitos anos da Psicologia legaram ao mundo uma vasta riqueza acadêmica e cultural que tem contribuído com a melhora significativa da saúde de milhares, seria irresponsável uma articulação teórica e prática que desconsiderasse a Psicologia como importante colaboradora na tarefa de defesa da vida. O que reportamos aqui é uma preocupação, tanto quando um alerta, como apontado no estudo de Denes et al⁵⁵ sobre a sinérgica desconsideração dos cursos de Psicologia no estado de Rondônia às questões socioambientais da Amazônia, algo que provavelmente deve se repetir em outros locais do país. Esta conjuntura nos inspira a pensar que os profissionais de Psicologia que atuam no coração da floresta não estão adequadamente preparados para atuar com as demandas psicossociais daqueles que atendem.

Desconsiderar a complexa rede de interesses, valores, narrativas e disputas que compõe a Amazônia não reporta mero descuido formativo, seria um erro cruel pensar que algo em tal proporção não tem fundamento prático na execução do projeto colonial de subalternização da vida. De tal modo, é muito mais congruente a ideia de que o descuido da Psicologia, descuido que exclui da formação os saberes dos povos da floresta, dos rios, do campesinato, dos quilombos, das periferias urbanas, trata-se da atuação de uma Psicologia que ainda não entendeu as proporções da crise que a vida atravessa atualmente e a importância do seu papel na reversão dos prejuízos que afetam toda a Natureza.

Precisamos de uma Psicologia comprometida com a mudança do mundo, não isolada no atendimento de individualidades, pois:

não há saúde mental em um sistema doente, não há bem-estar em um mundo que precariza a vida da Natureza. Pelo contrário, os processos de atendimento, cura e transformação estão intimamente conectados com o projeto de uma sociedade pautada no bem comum, no respeito à vida em todas suas formas, no consumo responsável e ecologicamente comprometido (p. 132)⁵⁶.

55 DENES, et al. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**, 1. ed. [s.l.]: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - EDUFRO, 2021.

56 FERNANDES, Eliane Gamas; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca, Por uma clínica psicológica descolonizada e descolonizante: relações raciais, de gênero e o Bem Viver como horizonte ético-político, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), **Insurgências**

Para o que propomos, entendemos que a formação dessa Psicologia é um caminho possível a partir do trabalho conjunto que tenha a comunidade como perspectiva fundamental da prática psicológica. Assumir essa ideia como fundamento nos implica, enquanto ciência e profissão, pensar de modo coletivo, solidário e ecologicamente sustentável. Por fim, importa ainda considerar que a Psicologia do Bem Viver não deve ser um idealismo a apenas instrumentalizar discursos distantes da vida concreta do povo, deve sim se materializar na cotidianidade com epistemologias, técnicas e métodos plurais que tenham como fundamento a rica cosmovisão do Bem Viver. Hoje, diante dos grandes desafios que vivemos enquanto sociedade, necessitamos fazer um rápido e produtivo aprendizado com os movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais e outros tantos defensores da Terra, para que sejamos capazes em tempo hábil de oferecermos ao planeta nossa contribuição enquanto ciência e profissão.

Esses são novos tempos que demandam de nós a capacidade de mudarmos, de ocuparmos nosso lugar na proteção da vida planetária e sermos para todo o mundo um exemplo de quem é capaz de conhecer e amar o lugar do qual faz parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos refletir acerca da necessidade da elaboração de uma outra prática em Psicologia, que se integre efetivamente ao contexto da Amazônia brasileira. A Psicologia por muito tempo negligenciou na sua produção de saber e prática, um olhar dinâmico para realidade em que os indivíduos estão inseridos. Apresentando uma perspectiva burguesa em seu desenvolvimento, inclinou-se a ocultar os determinantes socioambientais na produção da subjetividade concreta. Esse ocultamento levou a generalizações que não conseguem abarcar a concretude e a potencialidade da realidade em que se constituem as relações sociais.

Compreender as realidades particulares e suas relações com os processos coloniais de dinâmica universal, na qual se constituem as relações sociais na Amazônia, é fundamental para a produção de uma outra Psicologia. A perspectiva

amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia, 1. ed. [s.l.]: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - EDUFRO, 2021, p. 120–136.

colonizada reproduz em atividade psicológica a negação da diversidade amazônica, ocultando contradições e conflitos dessa realidade. Esta Psicologia que temos, evidencia em seu âmago formativo e prático, a negação do lugar amazônico, perpetuando assim, processos dominantes de violência e opressão.

Propomos como possibilidade de superação dessa perspectiva colonizada, uma Psicologia do Bem Viver, que se faz na compreensão aprofundada da relação humano-natureza, da valoração dos saberes tradicionais e das relações humanas na Amazônia que escapam de uma lógica capitalista. A Psicologia do Bem Viver é um giro de perspectiva, que deve se materializar na cotidianidade, tendo a diversidade da comunidade amazônica como perspectiva central.

É importante destacar que uma Psicologia do Bem Viver não nega a Psicologia em seu aporte teórico, mas contextualiza o fazer psicológico e legitima a pluralidade de saberes e experiências dos povos tradicionais amazônicos, como forma de produzir uma prática realmente humanizada. Por fim, é somente através de um giro de perspectiva, que a Psicologia pode contribuir como instrumento de superação de violência e desumanidade. Argumentamos que esse giro precisa ser amazônico e do Bem Viver.

Referências

ACAYABA, Cíntia.; ARCOVERDE, Leo. Taxa de assassinatos de indígenas aumenta 21,6% em dez anos enquanto de homicídios em geral cai, diz Atlas da Violência. **G1**, São Paulo, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/taxa-de-assassinatos-de-indigenas-aumenta-216percent-em-dez-anos-diz-atlas-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ACHARD, Frédéric et al. Determination of deforestation rates of the world's humid tropical forests. **Science**, v. 297, n. 5583, p. 999-1002, 2002.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Perspectivas para a formação em Psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612015000200009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 nov. 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Psicologia e compromisso social. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2009. v. 1, p. 15-28.

BOCK, Ana. A Psicologia no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. Esp., p. 246-271, 2010.

CALEGARE, Marcelo Gustavo A; TAMBORIL, Maria Ivonete B. Formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira: retalhos da nossa história. **Textos e debates**, v. 1, n. 31, 2017. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/4254>>. Acesso em: 02 de Jul. 2021.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. A miséria da Psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e4113 . Acesso em: 02 de Jul. 2022.

DA SILVA, Maria Aparecida; BURGEILE, Odete. A POLÍTICA DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E EM RONDÔNIA E AS DIVERSAS FORMAS DE SE PENSAR ESTA REGIÃO SOB OS VIÉS POLÍTICO E ECONÔMICO. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 21, p. 383-399, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1238/0> Acesso em: 24 jul. 2022.

DE SALES BELO, Patrícia; ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 265-277, 2009. <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4770>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Autêntica, 2019.

DENES., et al. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia. In: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; DA SILVA, Leila Gracieli (org.). **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia** - Porto Velho, RO: EDUFRO, 2021. p. 3-67. <https://doi.org/10.47209/978-65-87539-57-7>

Desmatamento acumulado até setembro passa de 9 mil km² em 2022. **IMAZON**, 18 out. 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-acumulado-ate-setembro-passa-dos-9-mil-km%C2%B2-em-2022-pior-marca-em-15-anos/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Antonia; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Rosa Luxemburgo, 2016.

DOLCE, Julia. Conflitos no campo: 77% dos assassinatos em 2021 foram na Amazônia Legal. **INFOAMAZÔNIA**, 10 dez. 2021. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2021/12/10/conflitos-no-campo-77-dos-assassinatos-em-2021-foram-na-amazonia-legal/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FERNANDES, Eliane Gamas; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca, Por uma clínica psicológica descolonizada e descolonizante: relações raciais, de gênero e o Bem Viver como horizonte ético-político. In: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; DA SILVA, Leila Gracieli (org.). **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**. Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO, p. 120–136, 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 13, p. 129-146, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xf4Jt77zfhJf86QsvGTdSZK/?format=html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das letras, 2019.

MARGULIS, Sergio. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Banco Mundial, Brasília, 2003.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. 2001. 284 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001215434>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MICHELOTTI, Fernando; MALHEIRO, Bruno. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 641–680, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12495. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12495>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca et al. A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. **Margens: Revista Interdisciplinar**, v. 15, n. 24, p. 85–102, 2021.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; MISSIATTO, Heverton Magno. A colonialidade do saber em pós-graduações stricto sensu: a emergência da decolonização das epistemologias do conhecimento. **REALIS, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Poscoloniais**, v. 12, p. 95-115, 2022.

NETO, Vitale Joanoni; NETO, Regina Beatriz Guimarães. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85). [S. l.], **Anuario IEHS**, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019. Disponível em:

<https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/373>.
Acesso em: 28 fev. 2022.

NOBREGA, Juliana da Silva. **A produção da vida como política no cotidiano: A união de terras, trabalho e panelas no "Grupo Coletivo 14 de Agosto"**, em Rondônia. 2013. 277 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2013.tde-31032014-122418>. Acesso em: 13 mai. 2022.

PEIXOTO, Ariane; LUZ, José Roberto Pujol; BRITO, Marcia Aparecida de. **Conhecendo a biodiversidade**. Brasília: CNPq, 2016.

PERES, João. **Corumbiara: caso enterrado**. Elefante Editora, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107–130.

SALLES, João Moreira. **Arrebalde: em busca da Amazônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Thiago Oliveira et al. Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: um estudo de revisão. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 11, n. 2, p. 157-181, 2017.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço social & sociedade**, p. 480-500, 2018.

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; MOURA, Roseni Aparecida de; FERREIRA NETO, José Ambrósio. O conflito de representações inter-étnicas em torno da exploração de diamantes na Amazônia brasileira. **Ciência Rural**, v. 43, p. 1323-1329, 2013.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; DANDOLINI, Gustavo. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 461-479, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32712>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. 361 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15943>. Acesso em: 18 abr. 2022.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **A crise e as alternativas da psicologia**. Edición, 1987.